

PERFIL DE PROJETO BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Título do projeto:	PROCIDADES - PASSO FUNDO - Programa de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo	
Número do Projeto:	BR-L1163	
Equipe de Projeto:	Márcia Silva Casseb (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Cláudia Fernanda Magalhães (FMM/CBR); Eduardo Sierra (FMM/CBR); Catalina Gomez (FMM/CBR); Bruno Seidler, José de Arimatéa Rodrigues Marcílio Neves, Marisa Teixeira, Sérgio Magalhães, Wallace Pereira (consultores) e Paula Cabral (CSC/CBR).	
Mutuário:	Município de <i>Passo Fundo</i> - RS	
Órgão executor:	Município de <i>Passo Fundo</i> - RS	
Plano de financiamento:	Fonte	Montante US\$
	IDB (CO)	8,94 milhões
	Local	<u>8,94 milhões</u>
	Total	17,88 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	B.1 e B.5
	Categoria:	B

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

A. Situação do município

2.1 O município de Passo Fundo está localizado na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, distante 287 km da capital, Porto Alegre. Ocupa uma área de 780 km² e conta com uma população estimada de 185.882 habitantes¹. Trata-se do município de maior destaque da região, considerando aspectos de população, desenvolvimento social e dinamismo econômico. O município apresentou evolução positiva do IDH-M entre os anos de 1991 a 2000², que passou de 0,756 a 0,804, indicando um alto índice de desenvolvimento. É considerado município pólo da região norte do Estado. O PIB do município alcançou R\$2.613 milhões em 2006³ e o PIB *per capita*⁴ foi de R\$13.880. A estrutura econômica do município está baseada principalmente no setor agroindustrial e nas atividades de transformação derivadas da agricultura. O setor terciário tem um papel destacado, onde sobressaem as áreas de saúde e educação, com um dos centros hospitalares mais modernos e importantes do sul do Brasil e quatro instituições de ensino superior.

B. Condições urbanas e principais problemas

2.2 A partir da década de 60, Passo Fundo recebeu fortes fluxos migratórios provenientes do campo, o que provocou uma ocupação desordenada do espaço

¹ Fonte: IBGE, Contagem 2007

² IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

³ 11º lugar entre os municípios do estado de Rio Grande do Sul.

⁴ IBGE/ 2006.

- urbano. Essa ocupação em muitos casos ocorreu de forma espontânea e sem controle, à margem dos instrumentos de planejamento existentes. O município apresenta hoje uma taxa de urbanização de 98%.
- 2.3 Visando maior controle da ocupação desordenada da área urbana e orientar o crescimento da cidade, a Prefeitura elaborou um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), aprovado em 2006, o qual identificou os eixos de expansão desejáveis para a cidade. Dentre estes destaca-se a Região Sudoeste/Perimetral Sul, que apresentava em 2000 uma população da ordem de 12.018 habitantes⁵, com predomínio de segmentos de baixa renda, já que 81% das famílias têm renda inferior a três salários mínimos⁶. A ocupação urbana dessa região ocorreu a partir da década de 30, com o loteamento de grandes propriedades localizadas no entorno da área central, e se expandiu de forma crescente. A maioria destes loteamentos apresenta ocupação antiga, com deficiência de infra-estrutura – ausência de redes coletora de esgotamento sanitário e grande número de vias sem pavimentação, carência de equipamentos sociais, praças e áreas de lazer. Muitas residências ocupam margens de córregos e arroios, sob o risco de inundações.
- 2.4 No setor de transporte urbano, o sistema viário de Passo Fundo está estruturado em forma radial, tendo como eixos principais as Avenidas Brasil e Presidente Vargas. Esta configuração viária, somada ao intenso tráfego de pessoas e veículos que cruzam a região central, levou à saturação das vias existentes, gerando constantes congestionamentos e comprometimento da fluidez na Av. Brasil, principal eixo do sistema de transporte coletivo da cidade. Esta situação exige medidas de modernização das vias e das condições de tráfego para todos os modais, visando a melhoria da mobilidade urbana. A reestruturação do sistema viário principal permitiria a redução dos impactos mútuos entre o transporte coletivo e o individual, agravados pela falta de oferta de vias alternativas. Outro problema identificado é a deficiência de pavimentação das ligações da cidade com os distritos rurais, o que vem prejudicando o escoamento da safra agrícola.
- 2.5 Passo Fundo apresenta importantes vantagens estratégicas na região, tais como condições logísticas, infraestrutura e um alto índice de educação superior. Entretanto, a economia do município, que apresenta uma forte dependência do setor agrícola, tem sido afetada por fortes oscilações ocorridas no período de 2000 a 2006⁷. Para evitar essas flutuações uma das prioridades do governo é a diversificação da matriz produtiva, atraindo novos fluxos de investimentos, especificamente no setor industrial. A falta de planos, programas e incentivos para atrair, atender e apoiar empresas que queiram se instalar na região tem dificultado a captação de novos recursos de forma planejada e eficiente.
- 2.6 **Avaliação Institucional:** A avaliação realizada pelo Banco demonstrou uma boa capacidade institucional por parte da Prefeitura, embora os diagnósticos

5 Censo do IBGE, de 2000. Segundo estimativas da PMPF a área poderá abrigar até 60.000 habitantes quando plenamente ocupada.

6 Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2009.

7 Com fortes quedas de até 5% em 2001 e 2005 e altas acima de 10% em 2002 e 2003.

realizados destacassem algumas debilidades tais como: (i) ausência de instrumentos de gestão nas áreas de transporte, planejamento urbano e desenvolvimento econômico; (ii) falta de capacitação técnica de uma parcela do pessoal em cargos de chefia; (iii) necessidade de melhorar os sistemas informatizados da Prefeitura; e (iv) a carência de espaços de trabalho adequados. A Prefeitura, consciente dessas debilidades, contratou no ano de 2006 o PNAFM,⁸ que será executado até 2010. O componente de fortalecimento institucional complementar as ações do PNAFM e apoiará especialmente as secretarias envolvidas na execução do presente programa.

C. Estratégia do município e do programa

2.7 O município tem uma longa tradição no desenvolvimento de planos de ordenamento territorial⁹. O PDDI, atualmente em vigor, considera o território urbano e rural e dá ênfase à questão ambiental, prevendo ações na área de transporte e trânsito - como a estruturação de um anel viário ao redor do centro da cidade - e a necessidade de integração entre às macrozonas urbanas que ligam os distintos distritos rurais. Prevê ainda a elaboração de Planos Urbanísticos específicos para as áreas de expansão, definindo as diretrizes de ocupação e melhorando o controle da futura expansão da cidade.

2.8 O presente programa é consistente com as diretrizes do PDDI e com as políticas desenvolvidas pela administração municipal. A sua estratégia consiste em atender as principais prioridades da cidade, concentradas nos setores de transportes e trânsito e de desenvolvimento urbano integrado das áreas de maior concentração de pobreza, no vetor de expansão sul/sudoeste. Isto implica em intervenções que permitam estruturar o tráfego na área central da cidade e melhorar os acessos aos principais distritos rurais. Contempla, ainda, a implantação de melhorias urbanísticas e de equipamentos sociais na Região Sudoeste/Perimetral Sul, localizada nas bordas do perímetro urbano, e que, ainda que esparsamente ocupada, concentra uma população de baixa renda.

D. Objetivos e Resultados Esperados

2.9 O programa tem como principal objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Passo Fundo mediante melhorias: (i) nas condições de trânsito e mobilidade na área urbana e de acesso e circulação na área rural; (ii) nas condições urbanísticas, sociais, ambientais e de saneamento nos bairros da Região Sudoeste/Perimetral Sul; (iii) do ambiente de negócios e das condições competitivas do município; e (iv) da modernização da gestão municipal. Conforme seus objetivos, o programa está estruturado nos seguintes componentes:

⁸ Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal Municipal. Este tem um valor de R\$9,11 milhões, dos quais foram desembolsados 37% até o momento. O PNAFM financiará a aquisição de software, hardware, equipamentos de apoio, construção da sede da Prefeitura, consultorias e capacitações de recursos humanos. As melhorias esperadas mais importantes são a integração dos sistemas de contabilidade e orçamento, a instalação de um sistema de geoprocessamento integrado entre todas as Secretarias, cobrança de impostos, melhora de processos internos, melhora do cadastro multifinalitário e melhora no atendimento descentralizado.

⁹ O primeiro foi elaborado em 1919 e a ele se seguiram o Plano Diretor Urbano (1953) e o II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1984).

- a. **Componente I: Transporte e Mobilidade Urbana.** O componente financiará as seguintes intervenções: (i) estruturação de um anel viário e de binários da área central; e (ii) implantação de estradas de acesso aos distritos Bela Vista, Bom Recreio e São Roque, com intervenções de melhorias das condições das vias, pavimentação e sinalização.
 - b. **Componente II: Desenvolvimento Urbano da Área de Expansão.** O componente financiará o desenvolvimento de um Plano Urbanístico Local da Região Sudoeste/Perimetral Sul, que definirá as diretrizes espaciais de ordenamento. Prevê a construção de praças, equipamentos comunitários e sociais, melhoria nas condições de infraestrutura local e a consolidação de um sistema de áreas verdes de lazer, através do planejamento e construção de um corredor verde linear, conectando esta região ao centro da cidade. Contempla, ainda, ações de requalificação urbana como a conversão da estrada que corta o bairro numa via com qualidades urbanas de perfil adequado, calçamento, mobiliário e arborização. Critérios de prioridade para a área, desenvolvidos no Plano, serão utilizados para definir obras e ações para a região, a serem executadas no âmbito do programa.
 - c. **Componente III: Desenvolvimento Econômico Local.** O componente financiará: (i) estudos de consultoria que apoiem a análise do ambiente econômico de Passo Fundo; (ii) a preparação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico para o Município (PEDEL) e de um Plano Estratégico Setorial (PES); (iii) apoio na estruturação, fortalecimento e modernização da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; e (iv) estudos de viabilidade e desenvolvimento do projeto básico de uma Plataforma Logística Intermodal.
 - d. **Componente IV: Fortalecimento Institucional.** O componente financiará: (i) os estudos de consultoria e planos estratégicos necessários para o desenvolvimento dos componentes de Transporte e Mobilidade e de Desenvolvimento Urbano; e (ii) a contratação de equipamentos, sistemas e capacitações com o intuito de fortalecer a capacidade das secretarias que participarão da execução do programa - Secretaria de Transportes, Mobilidade Urbana e Serviços (STMUS), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE); Secretaria de Habitação (SEHAB).
- 2.10 O impacto do programa poderá ser medido por meio dos seguintes indicadores: (i) redução nos tempos de deslocamento e custos de transporte na cidade; (ii) valorização imobiliária nas áreas beneficiadas; (iii) aumento do número de pessoas cobertas pelos serviços sociais; (iv) aumento da captação de investimentos do município; e (v) desenvolvimento e atualização de instrumentos e sistemas de planejamento setorial.

III. TEMAS DE DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 O programa proposto cumpre com as condições e requisitos estipulados no mecanismo creditício PROCIDADES¹⁰, e foi desenhado sobre a experiência do Banco em intervenções urbanas tais como Paraná Urbano I e II (0917/OC-BR e 1405/OC-BR) e em particular para o tema da estruturação de espaços verdes de lazer na experiência de Toledo (1961/OC-BR), no âmbito do PROCIDADES. Na fase de preparação estão sendo desenvolvidos os projetos de Estruturação do Anel Viário Central e o Projeto do Sistema Viário Rural - Distrito de Bela Vista¹¹.

IV. SALVAGUARDAS E AVALIAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 4.1 **Salvaguardas.** De acordo com a Política de Salvaguardas Ambientais do Banco, a classificação do Programa é B (Anexo II). A Estratégia Ambiental e Social da operação (Anexo III) inclui a preparação de um informe de Análise Ambiental e Social, o qual estará disponível ao público antes da apresentação do POD e incluirá os seguintes aspectos: (i) impactos sociais e ambientais do programa; (ii) definição dos procedimentos sócio-ambientais a serem adotados; e (iii) necessidades de recursos para o adequado monitoramento ambiental do programa. Os impactos adversos previstos são temporais e de baixa intensidade, ocorrendo essencialmente durante a execução das obras.
- 4.2 **Avaliação Fiduciária.** Foi realizada uma análise inicial sobre a capacidade financeira do município, baseada nos balanços contábeis, na situação patrimonial e na projeção do fluxo de receitas e despesas até 2018. Nela se confirma que Passo Fundo cumpre com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e possui capacidade financeira suficiente para aportar a contrapartida e honrar os encargos financeiros da operação e dispõe de limites para o endividamento com o Banco.

V. OUTROS TEMAS

- 5.1 Observa-se o risco da demora na negociação de empréstimos internacionais com as instituições federais brasileiras. Buscando minimizar esse risco um consultor foi contratado para apoiar a prefeitura na realização dos trâmites burocráticos junto ao Governo Federal.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 Este programa foi registrado no *Pipeline* em 4 de setembro de 2007 dentro do marco de mecanismo creditício do PROCIDADES. Os Anexos IV e V detalham esses acordos e estabelecem os passos necessários para alcançar a distribuição do POD em 10/08/2009 e os recursos administrativos requeridos para financiar a realização de 2 missões (US\$3,920) e contratação de consultores (US\$30,000).

¹⁰ PROCIDADES (BR-L1043) é um mecanismo de crédito destinado a financiamento da gestão e obras de municípios no Brasil, cuja aprovação do Diretório do Banco foi em 11/10/2006.

¹¹ Além dos projetos mencionados, também estão sendo preparados os seguintes Termos de Referência: Plano Diretor de Mobilidade Urbana; Plano Urbanístico da Região Sudoeste/ Perimetral Sul; Plano de Estruturação de Áreas Verdes; Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Local; e Estudos para implementação de uma Plataforma Logística-Industrial Multimodal.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Urban Development and Housing	
	Project Type	Investment Loan	
	Additional Operation Details		
	Country	Brazil	
	Project Status	New Operation	
	Investment Checklist	Urban Development	
	Team Leader	Márcia Casseb	
	Project Title	PROCIDADES - Passo Fundo	
	Project Number	BR-L1163	
	Safeguard Specialist(s)	Marisa Teixeira - Consultora	
	Assessment Date	2009-04-01	
	Assessment Number	2009-04014852-2	
	Additional Comments		
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Project Type	Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	Potential disruption to people's livelihoods living in the project's area of influence (not limited to involuntary displacement, also see Resettlement Policy.)	Resettlement and Indigenous People (B.01)
		An Environmental Assessment is going to be performed.	(B.05)
	Potential Safeguard Policy Items (?)	No potential issues identified	
	Recommended Action	Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR. <i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	
	Additional Comments		
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		
	Title		
	Date	2009-04-01	

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

1. Save as a Word document.
2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable.
3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Urban Development and Housing
	Project Type	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Urban Development
	Team Leader	Márcia Casseb
	Project Title	PROCIDADES - Passo Fundo
	Project Number	BR-L1163
	Safeguard Specialist(s)	Marisa Teixeira - Consultora
	Assessment Date	2009-04-01
	Assessment Number	2009-04015347-2
	Additional Comments	

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: A	Override Rating: B	Override Justification: Reduce: other (add details in final report)
	Conditions/Recommendations	Comments:	
<ul style="list-style-type: none"> Category "B" operations normally require an environmental impact analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements). However, these operations should also establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.) where necessary. The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports. These operations will normally require an environmental and/or social impact analysis, according to, and focusing on, the specific issues identified in the screening process, and an environmental and social management plan (ESMP). <p style="text-align: right;"><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>			

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions	
	Impacts leading to involuntary resettlement or economic displacement (as a result of urban renewal, barrio clearance, road widening or similar activities) are minor to moderate in nature.	<ul style="list-style-type: none"> Develop Resettlement Action Plan - RAP: The Bank should review state of property rights/land tenure in affected communities and consider wider land use change and pressures that may arise from indirect impacts such as in-migration. The client should develop a RAP that demonstrates the following attributes: (a) successful engagement with affected parties; (b) mechanisms for delivery of compensation in a timely and efficient fashion in accordance with the Bank resettlement compensation requirements; (c) budgeting and internal capacity (within client's organisation) to monitor and manage resettlement activities as necessary over the course of the Project; and (d) a grievance mechanism for resettled people (see Resettlement.pdf). 	
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		Date:
	Comments:		

PERFIL DE PROJETO**BRASIL****PROCIDADES – PASSO FUNDO****Programa de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo
(BR-L1163)****ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL**

- 1.1 O Programa tem como objetivo geral contribuir para a solução de problemas urbanísticos, ambientais e sociais, que afetam a população de Passo Fundo. O Programa contempla ações e obras no sistema viário e melhoria no trânsito do centro da cidade e dos distritos de Bela Vista, São Roque e Bom Recreio. Após a elaboração de um Plano Urbanístico Local da Região Sudoeste/Perimetral Sul, obras de melhoria urbanística e de infra-estrutura, a serem identificadas ao longo da execução do Programa, poderão ser realizadas a partir do 2º ano de execução do Programa.
- 1.2 Considerando as características das intervenções previstas, os principais impactos ambientais e sociais negativos relacionados com as obras podem ser classificados como de efeito imediato, reversível e temporário e incluem, entre outros, a geração de poeira e ruído, resíduos sólidos e líquidos, impactos nas áreas de empréstimo e bota-fora, interferência com tráfego e fechamento de vias, risco de acidentes de obra com trabalhadores e população nas adjacências das frentes de obra, ruptura temporária de acesso a comércio e serviços junto às frentes de obras etc. Até o momento não há previsão para reassentamento de famílias a partir das ações previstas nos componentes I e II. Caso seja aplicável, serão seguidas as diretrizes da OP-710 para o reassentamento das famílias.
- 1.3 De outra parte, os impactos ambientais e sociais positivos serão bastante significativos. No médio e longo prazo as ações contribuirão para: melhoria da mobilidade urbana na cidade; melhoria da infra-estrutura urbana viária; acesso adequado para escoamento de produção agrícola nos distritos; melhoria da qualidade de vida e da saúde das famílias removidas de zonas de risco para residências de boa qualidade com provisão de serviços básicos, construção de escolas e outros equipamentos públicos.
- 1.4 Com a informação existente e contratação dos estudos de concepção dos projetos viários, foi iniciado o processo de licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental do Município - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através de requerimento solicitando as diretrizes do processo de licenciamento, que será de âmbito municipal, de acordo com as informações fornecidas pela Unidade de Preparação do Programa - UPP. Para garantir a viabilidade ambiental do Programa, a Prefeitura contratou um Relatório de Avaliação Ambiental, cujos

Termos de Referência foram elaborados pela equipe do Banco, seguindo as diretrizes da política ambiental do Banco para os projetos classificados como de categoria B pela referida política. Também foram repassados à Prefeitura os procedimentos referentes ao processo de divulgação e consulta pública necessária ao Programa nesta etapa de preparação, de acordo às políticas adotadas pelo Banco.

- 1.5 O RAA, ora em elaboração, apresentará as medidas necessárias para mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos que sejam identificados como consequência das obras e ações financiadas. A mitigação e compensação ambiental e social proposta serão consubstanciadas em um Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, cumprindo com a política ambiental do Banco. Os termos de referência do RAA contemplam o conteúdo mínimo do PGAS, que deverá ser detalhado de acordo aos impactos e identificados no RAA, consubstanciando as ações e programas necessários à adequada mitigação e compensação ambiental do Programa.
- 1.6 Oportunamente, a partir da definição das obras a serem realizadas na Região Sudoeste/Perimetral Sul, ou da verificação da necessidade de reassentamento de famílias, será avaliado pelo Banco e pela unidade executora do Programa a necessidade de complementação ao RAA e o PGAS e de elaboração de um Plano de Reassentamento de Famílias. Nesta etapa de preparação não é possível determinar se haverá a necessidade de reassentamento de famílias, pois o objeto do programa é o estudo Plano Urbanístico, que poderá determinar ou não, essa necessidade. Caso ocorra, o mesmo seguirá as diretrizes da OP-710.

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

PROCIDADES - PASSO FUNDO

Programa de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo
(BR-L1163)

ÍNDICE DE ESTUDOS SETORIAIS

Setor	Descrição	Datas
Opções técnicas e de desenho	Projeto Básico para Estruturação do Anel Viário e Binários da área Central Projeto Básico para Implantação de Estradas de Acesso ao Distrito Bela Vista	Junho 30 /09
Custos do Programa	Quadro de Custos do Programa (Final até completar os desenhos dos projetos da amostra representativa)	Junho 30 /09
Análise de custo do projeto e viabilidade econômica	Informe final de viabilidade socioeconômica de intervenções e orientações para a análise do restante dos projetos.	Junho 30 /09
Análise financeira/aspectos fiduciários e controles	Informe final de viabilidade institucional e financeira, incluindo: (i) avaliação fiduciária; (ii) gestão administrativa e de aquisições; (iii) aspectos de controle interno e externo; (iv) avaliação institucional; e (v) capacidade de implementação.	Maio 29/09
Coleta de informações e análise para preparação de resultados	Estudos de Concepção e Projetos Básicos elaborados (insumos para a definição da Linha de Base de indicadores).	Junho 30 /09
Atores chave e o ambiente político	Definição final da estrutura da UGP	Maio 29/09
Análises institucionais e outros aspectos da capacidade para a implementação	Proposta final do componente de fortalecimento institucional.	Maio 29/09
Aquisições	Plano de Aquisições	Junho 30 /09
Salvaguardas ambientais e sociais	Relatório de Avaliação Ambiental – RAA Versão final do Informe de Avaliação Ambiental, incluindo Critérios Sócioambientais de Elegibilidade.	Junho 30 /09